

ATA DA 51ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 26 DE JUNHO DE 2013
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputada Angela Albino, por dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, srs. parlamentares e público aqui presente na tarde de hoje, quero aproveitar este momento para ler a nota que a comissão política do PCdoB publicou na noite de ontem dando conta da opinião do nosso partido sobre os movimentos que a rua tem visto e em consequência o que daí derivou nos Parlamentos brasileiros.

O título da nota é:

(Passa a ler.)

"Com a energia das ruas, unir forças progressistas por mais conquistas para o povo

No decorrer da última semana, eclodiram manifestações sociais massivas e espontâneas em várias capitais e cidades do país, com a presença destacada da juventude estudantil. Como há muito tempo não acontecia, a política nacional foi pautada por um vigoroso protesto das ruas, inicialmente voltado contra o aumento das tarifas de transporte público, mas que rapidamente assumiu bandeiras mais amplas como as reivindicações por melhores serviços públicos nas áreas de saúde, educação, mobilidade urbana e contra a corrupção. Diante de tais acontecimentos, o PCdoB reafirma a atitude política que adotou desde que começou essa jornada de mobilizações: o governo e as forças progressistas precisam ouvir atentamente a voz das ruas e se empenharem para atendê-la. Ao mesmo tempo, os comunistas rechaçam os atos de violência, vandalismo e destruição que nada têm a ver com o brio e o espírito patriótico da maioria dos manifestantes.

Diante de tais acontecimentos os fatos desencadeadores das grandes manifestações se deram na cidade de São Paulo, com o movimento pela redução das tarifas do transporte coletivo. No dia 13 de junho, a Polícia Militar, sob o comando do governo estadual do PSDB, empreendeu uma truculenta repressão contra os manifestantes. Este ato de violência afrontou a consciência democrática de milhares e, daí por diante, em ondas crescentes emergiram passeatas em várias capitais do país e mesmo em municípios do interior. O ápice delas, até aqui, se deu no último dia 20, quando se calcula que mais de um milhão de pessoas foram às ruas. À medida que se configuraram como um movimento espontâneo, a grande mídia tentou, de modo oportunista, assumir o comando de tais manifestações, manipulando o seu significado e buscando direcioná-las contra o governo da presidente Dilma Rousseff. Incentivou a equivocada hostilidade e aversão aos partidos políticos, inclusive dando guarida a deploráveis atos de agressão a militantes de legendas de esquerda, promovidos por grupelhos de extrema-direita.

Objetivamente, pelo forte eco no Brasil e no exterior, as passeatas transbordaram das ruas para o âmago da política nacional. Em razão disto, a presidente da República, no último dia 21, fez um importante pronunciamento à Nação, no qual destacou, corretamente, que as manifestações 'mostram a força de nossa democracia e o desejo da juventude de fazer o Brasil avançar'. Quanto às possibilidades desencadeadas pela luta em curso, ela afirmou ser preciso aproveitar o vigor das ruas 'para produzir mais mudanças que beneficiem o conjunto da população brasileira'. Posteriormente, no dia 24, ela sistematizou a proposta de um pacto, envolvendo governadores, prefeitos, partidos e lideranças do movimento social. Este pacto, segundo ela, tem por finalidade dar resposta concreta às reivindicações que vêm das ruas e que abordam os seguintes temas: responsabilidade fiscal, com o objetivo de manter a estabilidade da economia e o controle da inflação; proposta de um debate sobre a convocação de um plebiscito que autorize uma Constituinte para fazer a reforma política democrática; projeto que tipifique a corrupção como crime hediondo; melhoria do sistema de saúde do país, acelerando os investimentos; melhorar a qualidade do transporte público e criar o Conselho Nacional do Transporte Público, com participação da sociedade e dos usuários; e, por fim, mais recursos para a educação, com a destinação de 100% dos recursos dos *royalties* do petróleo.

O PCdoB apoia a conduta política da presidente Dilma Rousseff de ouvir as ruas e de procurar atender às reivindicações com agilidade. Enquanto não for destinado um volume consideravelmente maior de recursos e investimentos para o Sistema Único de Saúde (SUS), sobretudo os que dele mais precisam - os trabalhadores e o pobres -, diariamente vão continuar a sofrer uma verdadeira *via crucis* para uma consulta, por um exame, sem falar cirurgias. Enquanto a educação pública não tiver mais recursos, o povo verá seus filhos com o futuro comprometido. Do mesmo modo, a péssima qualidade de vida nos centros urbanos impõe a

necessidade de uma ampla Reforma Urbana que garanta moradia digna, saneamento ambiental, mobilidade - principalmente transporte público eficiente e barato. É preciso também garantir ao povo o direito à paz e à segurança, uma vez que a violência ceifa a vida de milhares de brasileiros, especialmente jovens.

O PCdoB também concorda com a presidente de que é preciso romper o cerco do conservadorismo e realizar uma reforma política democrática ouvindo amplos setores da sociedade. Reforma que abra as portas da política para o povo e que coíba a influência do poder econômico nos processos eleitorais, com adoção do financiamento público exclusivo das campanhas e reforma que fortaleça os partidos políticos e institua formas de democracia participativa e direta. Finalmente, o Partido apoia um combate ainda mais severo à corrupção e que esse tipo de crime seja considerado hediondo.

A grande mídia inunda a opinião pública com mil análises sobre a razão e o sentido das grandes manifestações ocorridas. Mas a maioria delas, pura falsificação, faz crer que o ciclo progressista iniciado em 2003 está superado. Para o PCdoB, as manifestações são justamente produto desse ciclo político das forças democráticas e progressistas. Nos últimos dez anos, o povo obteve conquistas, elevou seu nível de consciência política, e o país respira democracia. As manifestações fazem parte do legado desse último decênio: uma população que se levanta, disposta a lutar pelos direitos e por um Brasil melhor. As ruas dizem que as conquistas iniciadas não podem parar e que as mudanças precisam ser aceleradas, uma vez que um decênio de mudanças é insuficiente para superar a enorme desigualdade social herdada de séculos de história.

A oposição de direita e a grande mídia pretendem acirrar ainda mais a luta política contra o governo e se possível fomentar uma grave crise política. Esse estratagema da direita não pode ser minimizado, mas o PCdoB está convicto de que esse intento oportunista pode e será derrotado.

Ao contrário do que trama a direita, o governo poderá sair desse processo fortalecido. O caminho foi apontado pela própria presidente Dilma Rousseff: aproveitar o vigor das manifestações para que mais mudanças aconteçam em benefício do povo. A realidade política criada pelas ruas em ebulição pode ajudar a gestar e formar um novo bloco das forças políticas e sociais progressistas e populares, de todos quantos estejam comprometidos com uma plataforma que impulse o desenvolvimento e o progresso social. Esse novo bloco se constituirá em torno de uma plataforma que dê resposta às exigências das ruas e à realização das reformas democráticas, sem as quais as mudanças não avançam. Para o PCdoB, além das bandeiras já propostas pela presidente, são urgentes a reforma dos meios de comunicação, a reforma do Judiciário e a reforma tributária progressiva, que inverta a lógica reinante na qual quem paga impostos são os trabalhadores e os mais pobres. Uma reforma que taxe as grandes fortunas e seja fator de combate às desigualdades.

As grandes mobilizações de massa criaram uma situação política instável e nova, cujo desfecho ainda está por acontecer. Seu sentido e rumo estão em disputa. E tal situação exige mobilização e ação do campo político democrático e popular, em especial da esquerda, para que efetivamente avancem as mudanças, fortalecendo o governo e a liderança da presidente Dilma Rousseff."

Essa é a nota da comissão Política Nacional do Partido Comunista do Brasil que se reuniu ontem, dia 25 de junho, em Brasília. Falarei mais tarde sobre os desdobramentos práticos, aqui no estado de Santa Catarina, e algumas opiniões que tenho visto serem formuladas, inclusive pelo Parlamento, que dizem respeito, por exemplo, aos investimentos que são feitos para a Copa do Mundo.

Vários parlamentares desta Casa, dentre os quais eu me incluo, disputaram a eleição para a prefeitura no último ano de 2012; muitos já foram prefeitos, outros pretendem ser, e nós sabemos o valor que tem o estado poder fomentar os eventos, desde que estes, a cada real investido, se tornem

multiplicador e que retorne ao povo brasileiro. É o caso da Copa do Mundo, por exemplo, onde estatisticamente, a cada real investido, cinco retornam depois.

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - O próximo orador inscrito é o deputado Neodi Saretta por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. e sras. deputadas, estimados catarinenses que acompanham esta sessão, gostaria também, de forma muito especial, de cumprimentar e registrar a presença, nesta Casa, dos vereadores Claudiomiro Cerutti, Gilson Conte e Almir Seghetto, de Ipumirim, da vereadora Marilete Bortoli, deste município, e de Joseanair Hermes, secretária de Administração de Rio do Campo. Eles participam de eventos, aqui na capital, e neste momento prestigiam a sessão da Assembleia Legislativa.

Gostaria de falar hoje, daqui da tribuna, dessa decisão da Câmara dos Deputados, ontem, de aprovar a destinação dos recursos dos *royalties* do petróleo para a educação e saúde, porque julgo que é uma das decisões mais importantes que esta Câmara tomou nos últimos anos.

Essa era uma luta que vinha sendo travada, uma grande bandeira da destinação desses recursos para a educação, bandeira esta encaminhada pela presidente Dilma Rousseff, respaldada por amplos setores, mas que encontrava certa resistência e que, talvez motivados pelas vozes da rua e pela decisão de efetivamente destinar esses recursos para as áreas prioritárias, essa aprovação de ontem foi fundamental.

Serão destinados para a educação 25% dos recursos. E em falas anteriores, desta tribuna, já havia me referido sobre a importância de ter recursos a mais tanto para a saúde quanto para a educação. E isso faz o dia de ontem ser memorável, na Câmara. Claro que terá que passar pelo Senado, mas acredito que também deverá aprovar esse projeto que prevê, conforme o texto:

(Passa a ler.)

"O uso dos recursos dos contratos já existentes, contanto que os poços entrem em operação comercial após três de dezembro de 2012." Isso abrangeria vários contratos atuais de blocos de exploração que ainda não chegaram a essa fase em que o poço começa a produção em escala comercial. Extraio, inclusive, do texto da própria assessoria da Câmara dos Deputados.

Fiz esse elogio com essa repercussão positiva para também fazer uma referência aqui ao nosso estado, especialmente a nós aqui, deputado Edison Andrino, da Assembleia Legislativa, porque propusemos a esta Casa, ainda em 2001, a primeira proposta de emenda constitucional que aqui tramitou visando aumentar os recursos destinados à educação catarinense, dos atuais 25% para 30%.

Essa emenda tramita nesta Casa. Sei que é uma decisão importante e que não é obtida com facilidade, mas já está bem amadurecida, principalmente naquilo que são as manifestações da comunidade catarinense falando que a educação e a saúde precisam ter mais recursos.

Então, temos aqui um gesto concreto que podemos praticar, nós deputados catarinenses, em estipular que o mínimo que Santa Catarina vai aplicar em educação são 30%. Essa emenda constitucional está em condições de ser votada, está tramitando. E este seria inclusive um momento especial para ser votada.

É claro que sempre surge o questionamento de que se aumentar os recursos de alguma área. E talvez outras tivessem que ser diminuídas, porque é verdade que quando chegamos aos 100% não existe o 101%. Mas o governo e a sociedade catarinense devem decidir o que é prioridade. E governar é estabelecer prioridades. Se quisermos um estado de ponta, se quisermos continuar nos orgulhando de Santa Catarina estar na linha de frente, não poderemos continuar aplicando apenas o mínimo que a lei estabelece nessa área tão importante e fundamental que é a educação.

Por isso, faço um apelo aos deputados catarinenses para que possamos aprovar essa emenda constitucional.

Antes de encerrar, sr. presidente, srs. e sras. deputadas, não poderia deixar de fazer o registro relacionado à área da saúde, de uma reunião que tive nesta semana e de um pedido que encaminhei ao governo do estado. Fiz encaminhamento ao governador do estado e ao secretário da Saúde solicitando para que seja realizado um convênio com a Associação dos Hemofílicos do Estado de Santa Catarina, que atende aos portadores de doença da região sul do país, sendo que a hemofilia é uma desordem hereditária de coagulação do sangue, que afeta aproximadamente uma a cada dez mil pessoas, segundo a Organização Mundial da Saúde.

No Brasil há cerca de 9.000 hemofílicos. O pedido para a realização desse convênio foi aprovado por esta Casa. Essa entidade oferece aos pacientes serviços de fisioterapia, assistência psicológica e social aos seus familiares, facilitando o convívio com os pacientes. Há também associações semelhantes nos mais diversos municípios de Santa Catarina. Por isso, fizemos esse encaminhamento em nome da Associação dos Hemofílicos de Santa Catarina.

Sobre as demais associações estamos também apelando para que o governo do estado faça convênio para ajudar no atendimento, nesse trabalho tão importante para Santa Catarina.

Por isso, sr. presidente, quero mais uma vez me congratular com a Câmara dos Deputados pela importante votação do dia de ontem. E que de fato esses recursos sejam destinados à educação, à saúde. Com isso, esperamos deixar um grande legado dos recursos dos *royalties* para o presente e para o futuro da nossa nação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Inscrito o sr. deputado Edison Andrino, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, há pouco escutava a deputada Angela Albino falar

desta tribuna sobre as manifestações que ocorrem não só em Santa Catarina mas em todo o Brasil.

Este é um momento em que a natureza nos fez com duas orelhas e uma boca para escutarmos mais do que falar. E este é o momento de escutar mais. Eu me lembro bem de que comecei a fazer política com um pouco mais de 19 anos de idade, e a primeira manifestação que vi foi a famosa Marcha da Família com Deus pela Liberdade.

Quando depuseram o João Goulart não pelos seus erros, mas mais pelos acertos, fizeram a ditadura de 64. E conclamaram o povo, não através do *facebook*, mas através da mídia brasileira, para dar os seus anéis, relógios, jóias contra o comunismo. Essa foi a primeira manifestação que vi no Brasil, como cidadão, como jovem, a favor da ditadura militar. Depois que se implantou a ditadura militar no Brasil, tive em seguida a oportunidade e a honra de participar primeiro da grande manifestação de 68, no Rio de Janeiro, quando no calabouço mataram Edson Luiz.

Outras manifestações ocorreram quando o povo, através da Une, da OAB, do MDB e dos sindicatos dos trabalhadores, começou a se manifestar contra a ditadura militar. Foi a famosa Marcha de 100 mil pessoas. É claro que o movimento pegava uma carona naquela oportunidade com os movimentos que ocorriam no mundo inteiro. Na França, o líder anarquista Daniel Cohn-Bendit colocou a juventude francesa nas ruas por uma série de motivos. E foi parecido com o que ocorre hoje, porque luta principalmente a juventude brasileira. Depois veio o movimento das Diretas Já, em que o povo inteiro, com o boicote da mídia brasileira, principalmente da Rede Globo, que não respaldou os primeiros comícios. E o povo foi para as ruas apoiar a emenda Dante de Oliveira, que lamentavelmente foi frustrada, numa madrugada, numa votação no Congresso, que rejeitava a emenda.

Depois tivemos a primeira eleição de presidente da República, depois da ditadura, em que tínhamos o Ulysses, uma figura de destaque, presidente da Constituinte. E uma figura nova que surgiu, sem partido político, criou o PRN, que

apoiado pela Rede Globo elegeu-se presidente da República. E aí, logo depois, houve a manifestação dos caras pintadas para derrubar o Collor. E derrubaram, com o *impeachment* do Collor, contra a corrupção que imperava naquela época, que hoje não é muito diferente no Brasil.

Hoje, vivemos um momento atípico. E tenho procurado ler os editoriais, as crônicas, os comentários. E a cada vez que leio vejo que ninguém está entendendo nada desse processo.

Eu sei que o governo errou muito. Não sou adivinho, mas em 2008 e 2012 fiz alguns discursos aqui sobre mobilidade urbana e disse desta tribuna que o transporte coletivo era um barril de pólvora. Está gravado. E o que fez o governo federal? Incentivou o transporte individual. E a Dilma fez isso por três vezes, quatro vezes consecutivas, tirando o IPI do automóvel, pondo mais automóveis nas cidades, complicando a mobilidade urbana. Tiraram recursos dos municípios, porque o IPI é um recurso que vai para o fundo de participação do município e não valoriza o transporte coletivo. Por várias vezes se fez isso.

Quem foi buscar a Copa do Mundo para o Brasil? Não foi o presidente da Fifa. No Brasil acharam que isso era prioritário. O brasileiro gosta de futebol, mas não é prioridade hoje a Copa do Mundo ou as Olimpíadas. O prioritário é a saúde, a educação, o transporte coletivo, a segurança, mas isso o governo federal não priorizou.

Achei que a juventude estava anestesiada, porque quem fazia os grandes movimentos de rua neste país era a esquerda, primeiro, liderada pelo meu partido, depois pelo PCdoB, pelo PT. E o que se nota hoje nesses movimentos de rua é que ninguém quer partido político. Mas não existe democracia sem partidos políticos. Acontece que há um descontentamento generalizado por essas coisas que estão acontecendo do Brasil.

Lamentavelmente, também pegam muito em cima do Poder Legislativo. Mas a grande diferença do Poder Legislativo com o Poder Judiciário, com o Tribunal de Contas, com o Ministério Público é que aqui,

deputado Padre Pedro Baldissera, somos eleitos. Ninguém está aqui por livre e espontânea vontade. Nós estamos aqui porque o povo nos elegeu. Diferente de outros Poderes que precisam ser remodelados.

Não é possível que um crime de corrupção praticado por um prefeito, pelo deputado, pelo senador leve 10 anos, 15 anos, 20 anos para ser julgado pela Justiça brasileira. Não é possível isso.

Existem prefeitos que têm dois mandatos, três mandatos e ainda estão respondendo a processo. Quanto ao Maluf, agora é que foi condenado, desde o período em que foi prefeito. Então, este Brasil precisa ser passado a limpo.

Um dos grandes erros que cometemos quando fizemos a Constituição de 1988 foi que ela não foi exclusiva. Foi um dos primeiros erros que acho que foi cometido, depois da democratização do Brasil. Provavelmente, se ela tivesse sido exclusiva, não feita por deputados e senadores, teríamos uma Constituição diferente, não que a nossa não tenha muitas coisas boas. Mas acho que convocar uma Constituinte agora, e não sou jurista, mas tenho acompanhado, não é o caso. Acho que a presidente Dilma Rousseff correu para dar uma resposta urgente para os movimentos da rua.

Acho que o governo do PT avançou em muitas coisas, porque nem tudo está errado. Mas precisamos rever, deputado Serafim Venzon, como é que vai ficar o Brasil em termos de gastos, de custos, de dívidas, depois da Copa do Mundo e depois das Olimpíadas.

Parece-me, segundo os comentários e as informações, que um dos motivos da falência da Grécia foram as Olimpíadas, de tanto que se gastou na infraestrutura, de tanto que se roubou na construção dessa estrutura.

Deputada Ana Paula Lima, eu vivi em Brasília 14 anos e nunca vi seis jogos, sete jogos no Mané Garrincha. Mas gastou-se R\$ 1 bilhão no Mané Garrincha, em Brasília, onde provavelmente, depois da Copa do Mundo, não vai mais ter jogos.

Quanto é que se investe na área de saúde no Brasil, v.exa. que é uma defensora da saúde pública? Faz seis anos que o governo não reajusta a tabela do SUS dos procedimentos hospitalares. Qualquer cidadão que não tenha plano de saúde - e até com plano está difícil -, que quiser um exame, uma ressonância magnética, não tem, porque os hospitais não realizam, porque o governo não reajusta a tabela do SUS. Mas os medicamentos, deputado Sargento Amauri Soares, foram reajustados ainda este ano. Então, na realidade, acho que não é somente falação. Realmente precisamos ter gestos concretos.

O Brasil precisa, sim, de uma reforma política, não somente o Legislativo como todos os Poderes do Brasil.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZOM - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, prezados catarinenses que nos acompanham pelos meios de comunicação, a comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, presidida por mim, em conjunto com a comissão da Constituição e Justiça, que está sob o comando do deputado Mauro de Nadal, realiza na próxima semana, segunda-feira, dia primeiro de julho, uma audiência pública.

Convidamos todos os conselheiros tutelares, os membros do Conselho da Infância e do Adolescente de todos os municípios, por indicação da deputada Ana Paula Lima, relatora de um projeto de lei, de minha autoria, que versa sobre a prorrogação do mandato dos atuais conselheiros tutelares, que teriam que realizar a eleição, agora, este ano.

Por conta da Lei n. 12.696, que unifica as eleições para todo o Brasil, evitando que sejam feitas mais eleições e para que não haja mandatos muitos curtos em prejuízo das crianças e adolescentes, a audiência atende, justamente, ao

pedido da relatora desse projeto, deputada Ana Paula Lima.

Quero destacar que o atual mandato dos conselheiros tutelares é de três anos. E não existe uma data unificada em todo estado e muito menos no Brasil que diga quando se faz a eleição dos conselheiros tutelares. O número de conselheiros também deveria ser de cinco, mas ocorre que nas cidades pequenas, de mil, dois, três, quatro, cinco, dez mil habitantes, existe a dificuldade de manter uma estrutura, mesmo que pequena, para atender à necessidade relativa às crianças e aos adolescentes. Geralmente, nessas cidades pequenas, apenas fica uma pessoa em alerta, todos os dias e ainda faz o plantão noturno. E recebe apenas um salário mínimo, sem nenhum outro direito que normalmente têm os funcionários.

A Lei n. 12.696, de 25 de julho de 2012, tem um ano. Ela veio resolver essa questão dos conselheiros tutelares que são apenas de três anos, que ganham valores muito pequenos. E o teor dessa lei presidencial diz que:

(Passa a ler.)

"Art. 132 - Em cada município e em cada região administrativa do Distrito Federal, no mínimo, 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local, para mandato de 4 (quatro) anos, permitida 1 (uma) recondução, mediante novo processo de escolha.

Art. 134 - Lei municipal ou distrital disporá sobre o local, dia e horário de funcionamento do Conselho Tutelar, inclusive quanto à remuneração dos respectivos membros, aos quais é assegurado o direito a:

I - cobertura previdenciária;

II - gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

III - licença-maternidade;

IV - licença-paternidade;

V - gratificação natalina.

Art. 135 - O exercício efetivo da função de conselheiro constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.

Art. 139 - ...

§ 1º - O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá em data unificada em todo o território nacional, a cada 4 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial."

Ou seja, a próxima eleição será no primeiro domingo de outubro de 2015, pois em 2014 teremos eleição presidencial e estadual.

(Continua lendo.)

"§ 2º - A posse dos conselheiros tutelares ocorrerá no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha." Isto é, em 2016.

Tendo em vista essa lei e atendendo aos pedidos de prefeitos, vereadores e da Associação dos Conselheiros Tutelares de Santa Catarina, apresentei o Projeto n. 0123/2013, que está tramitando nesta Casa, sob a relatoria da deputada Ana Paula Lima, que inclusive pediu essa audiência no dia 1º de julho, segunda-feira próxima.

O teor fundamental dessa lei diz que com o objetivo de assegurar a defesa das crianças e dos adolescentes em todo o estado de Santa Catarina, bem como suplementar as indicações da lei federal 12.696 - esta que eu comentei anteriormente, que é o teor de três para quatro anos os mandatos para os conselheiros tutelares em todo o país -, que unificou o processo de escolha dos referidos cargos em todo o território nacional, ficam prorrogados os mandatos dos conselheiros tutelares empossados nos anos de 2010, 2011 ou 2012, em todos os municípios de Santa Catarina, até a posse daqueles escolhidos no primeiro processo unificado, que será no primeiro domingo de outubro do ano de 2015.

A lei de minha autoria diz exatamente que ficam prorrogados os mandatos dos conselheiros tutelares empossados em 2010, 2011 e 2012.

Quanto aos que foram empossados em 2010, como o mandato atual é de três anos, teoricamente terminaria este ano, no final do ano. Então, em

outubro ou até dezembro teriam o mandato apenas de um ano. Então, foi apresentado esse projeto de lei prorrogando o mandato até 2015. E a partir dali todos os mandatos terão quatro anos e serão unificados, e os conselheiros passarão a ter todos esses direitos, aproximadamente os mesmos direitos que tem um funcionário público normal, como férias, décimo terceiro, licença paternidade, licença maternidade, enfim, os direitos sociais.

Por isso quero aproveitar a audiência que a TVAL tem por todo o estado de Santa Catarina para convidar todos os conselheiros tutelares a virem a essa audiência no dia 1º, no auditório da Assembleia Legislativa, às 14hs, com a presença dos deputados da comissão de Constituição e Justiça, bem como todos os deputados da comissão de Defesa da Criança e do Adolescente.

Espero que na segunda-feira todas as estradas de Santa Catarina, apesar de os movimentos sociais serem justos, estejam liberadas para que possamos ter acesso a esta Casa para esta audiência.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Muito obrigado, deputado Serafim Venzon.

Srs. deputados, solicito à assessoria que apresente um vídeo, deputada Angela Albino, deputada Ana Paula Lima, de apenas dois minutos e meio, sobre Responsabilidade Social, porque na sequência teremos o lançamento do terceiro deste programa. Inclusive, queremos destacar que neste ano tivemos um aumento significativo do número de parceiros também.

Vamos contar com as seguintes entidades: Conselho Estadual do Jovem Empreendedor de Santa Catarina, Conselho Estadual das Pessoas com Deficiência, Conselho Regional de Contabilidade, Facisc, Fampesc, Fatma, Fecomércio, Federação de Hotéis Restaurantes Bares e Similares, Fiesc, Observatório Social de Florianópolis, Ocesc e o Sebrae. Esses são os parceiros que vão nos ajudar na seleção das empresas socioambientalmente responsáveis que vão se inscrever para receber a certificação e a premiação.

A novidade este ano é a inclusão das cooperativas. V.Exa., deputado Romildo Titon, e tantos outros parlamentares que têm muita identificação com esse segmento, sabe o grande número de catarinenses que são atendidos pelos diversos segmentos do cooperativismo. Estamos felizes com a participação efetiva da Ocesc, que é Organização das Cooperativas que certamente vai se inscrever, participar.

Srs. deputados, quero esclarecer a v.exas. que o prazo de inscrição ficará aberto de 01 de julho a 30 de setembro, através do site da Alesc. A comissão, coordenada pelo nosso querido Neroci e toda sua equipe, tem uma preocupação ambiental também. E todo o material produzido para a certificação será feito com material reciclável. Toda inscrição e apresentação dos balanços será realizada via eletrônica, exatamente pela preocupação socioambiental que a Assembleia Legislativa também deve ter.

Quero apelar a v.exa. que nas regiões que representam possam motivar Ongs e empresas privadas a participar desse processo. No ano passado tivemos 87 empresas e Ongs inscritas, e a nossa meta este ano é chegar a 150 inscrições. Por isso, o nosso apelo para que v.exas. também possam motivar as empresas das suas regiões, aquelas que têm preocupação socioambiental mais acurada, no sentido de participarem desse projeto.

As ruas estão clamando por mais responsabilidade social de todos nós também, e esse é um dos pedidos da população. Então, precisamos nos aproveitar dessa lei, pois foi uma boa iniciativa desta Casa. E nesta terceira edição da certificação faremos um grande evento no dia 04 de dezembro.

Então, vamos apresentar este vídeo de apenas dois minutos, para que v.exas. possam entender um pouco mais desse projeto.

(Procede-se à exibição do vídeo.)

Nós agradecemos o empenho e a dedicação de toda a equipe de certificação, coordenada pelo Neroci; de todos os parceiros que vão estar junto conosco; e da equipe de comunicação que elaborou

esse extrato do edital, aquilo que vai ser a nossa chamada de toda a campanha publicitária que vai ser iniciada.

Agradeço a v.exas. por este espaço!

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PP.

(Pausa)

Não havendo deputados do PP que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PCdoB.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Mauro de Nadal.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Sr. presidente, quero somente registrar a presença no Parlamento catarinense do prefeito reeleito de Caxambu do Sul, Vilmar Foppa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Esta Presidência registra e agradece a presença do prefeito de Caxambu do Sul.

Com a palavra a eminente deputada Angela Albino, por cinco minutos, no horário do PCdoB.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, eu tinha me inscrito para saudar a iniciativa da Câmara Federal, e, inclusive, este Parlamento aprovou uma moção pedindo que aprovasse 75% dos *royalties* do petróleo para a educação, com prioridade para educação pública, e 25% para saúde. Certamente isso é um saldo muito positivo no momento em que o Brasil vive.

Mas quero aproveitar que o deputado Edison Andrino ainda está aqui em plenário para dialogar com ele, porque ele sabe - e eu sei que a cidade de Florianópolis sabe - o quanto sou uma fiel admiradora da história do deputado. Mas, senhores, dizer que a Olimpíada da Grécia quebrou a Grécia é ter uma visão muito particular da história. Vejam os senhores que Barcelona, por exemplo, se reinventou a partir das Olimpíadas.

Eu estranho muito, srs. parlamentares, e aí não falo mais do deputado Edison Andrino, que

muitos parlamentares desta Casa que muito têm pedido para conseguirmos construir para Santa Catarina ter uma subsede da Copa do Mundo, que possamos trazer seleções da Itália, da Alemanha - e o governo do estado muitas vezes pediu que pudéssemos atuar para construir isso juntos -, agora que a rua está dizendo que não, que a Copa do Mundo é ruim, não se dispõem ao debate, senhores.

O que o governo do estado de Santa Catarina, em minha opinião, deve fazer - e já devia ter feito, e investiu milhões de reais no centro de eventos próximo a Canasvieiras - é trazer eventos, senhores. O que é a pauta de Florianópolis? Trazer eventos para mobilizar o comércio e o turismo, para potencializar a nossa cidade.

O que é a Copa do Mundo, senhores? A cada R\$ 1,00 investido, R\$ 5,00 voltam para o povo brasileiro. Não é possível que quando entramos num debate monocórdio não nos demos conta do que sempre pedimos. Nós sempre pedimos - e tomo aqui o testemunho dos deputados da região de Joinville, por exemplo - ao prefeito de Joinville para empenhar R\$ 11 milhões no ministério dos Esportes para que possamos dar condições de Joinville ser uma subsede de Copa. E para quê, senhores? Por que ele é do JEC? Pode ser até que seja. Mas como homem público o prefeito Udo Döhler, do PMDB, gestiona no ministério dos Esportes, na Casa Civil e na secretaria de Relações Institucionais para impulsionar a sua cidade, porque é bom.

Perguntem para o setor turístico do estado inteiro por que queremos desenvolver turismo. Perguntem para o federal o quanto ele pagou, agora, recentemente, para a mesma agência de propaganda que faz a campanha de seus candidatos, uma campanha sem licitação, inclusive, para promover o turismo de Santa Catarina. Para que fizemos isso?

O Sr. Deputado Edison Andrino - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Pois não!

O Sr. Deputado Edison Andrino - Eu não falei que as Olimpíada quebraram a Grécia. Falei, isto

sim, que um dos motivos da quebradeira da Grécia foram as Olimpíadas. E se continuarmos fazendo no Brasil esses termos aditivos para reformar o Maracanã, que eram R\$ 600 milhões, aí faz um termo aditivo e coloca mais R\$ 500 milhões em cima, o Mané Garrincha, em Brasília, com um bilhão de reais, com vários termos aditivos... Aí, com as Olimpíadas, com os estádios, com esses termos aditivos, vamos quebrar o Brasil. E v.exa. verá as consequências depois. Não que eu seja contra as Olimpíadas, mas sou contra a maneira como estão sendo feitos esses estádios.

Por que o governo federal não permite uma CPI na construção desses equipamentos esportivos? Está tramitando em Brasília. É importante que se apure essas coisas todas!

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Então, vamos trazer para Santa Catarina o debate. Vamos propor uma emenda para que o governo do estado, a partir de hoje, proíba verbas a todos os eventos. Não terá mais eventos para o Cart, para Festa do Pinhão, não tem mais dinheiro para fazer festa nenhuma em lugar nenhum e para trazer evento nenhum, porque estamos misturando as coisas, ou seja, dizendo que eventos não trazem dividendos para os países. Quem é que consegue imaginar que a Copa do Mundo não vai ser boa para o Brasil?

Então, o ex-governador Luiz Henrique da Silveira, quando montou uma comissão tentando trazer a Copa do Mundo para cá, tinha ensandecido. Curiosamente, os mesmos parlamentares que eram da base do governo vêm para a tribuna dizer que a Copa do Mundo é ruim.

Investimentos em grandes eventos é parte da tarefa estratégica. Nós inserimos o país com muito custo nos dois maiores eventos esportivos do mundo. E o Brasil vai protagonizar os dois. E o mesmo governo que sobe aqui e vem bater, que é base do governo federal, ou quer vir para a base do governo federal, é o mesmo governo que cansou de dizer "vamos ver como pode fazer".

Eu acho que Santa Catarina tem que unir esforços e de fato trazer possibilidades para nós, trazer eventos...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - O próximo horário pertence ao Partido dos Trabalhadores.

Com a palavra a deputada Luciane Carminatti, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero cumprimentar os deputados, as deputadas e manifestar-me, em nome do Partido dos Trabalhadores, hoje, com relação ao tema da medicina, que é um tema muito abordado.

Temos ouvido muitas falas em relação à vinda de médicos de outros países e à necessidade de que o nosso país também amplie e avance com relação aos novos cursos de Medicina neste país.

Bem, as universidades públicas federais e instituições também particulares de educação superior vão poder oferecer mais 2.415 vagas em cursos de Medicina, a partir já deste segundo semestre de 2013.

A expansão foi autorizada pelo ministério da Educação e contempla todas as regiões do nosso país. Em universidades públicas federais a expansão da oferta do ensino da Medicina prevê a abertura de 1.615 vagas, sendo 1.040 em 18 novos cursos, em 12 estados.

Para apoiar a expansão das vagas serão contratados 1.618 professores e 868 técnicos administrativos. Com 1,8 médicos para cada mil habitantes, o Brasil tem, proporcionalmente, pequeno número de profissionais nessa área, quando comparado a outros países da América Latina.

A média de vizinhos como Argentina e Uruguai chega a 3,1 e a 3,7 médicos por mil habitantes, respectivamente. Alguns países europeus contam, proporcionalmente, com o dobro de médicos. É o caso da França (3,6), Portugal (3,9) e Espanha (4,0).

O Ministério da Saúde anunciou na última terça-feira, dia 25, que até 2017 irá abrir 12 mil vagas de residência médica em todas as especialidades.

A medida visa ampliar o número de especialistas e zerar o déficit da residência médica em relação ao número de formados em Medicina. As primeiras quatro mil vagas serão criadas até 2015.

As medidas serão acompanhadas de um investimento anual de R\$ 80 milhões em hospitais e unidades de saúde que expandirem programas de residência e R\$ 20 milhões para infraestrutura, como reforma e estruturação de laboratórios e bibliotecas e também para aquisição de material permanente. Mais de 60 milhões serão destinados à manutenção dos programas de residência e formação dos profissionais que irão orientar os residentes.

Segundo o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, os investimentos na área da Saúde vão abrir nos próximos anos 35 mil postos de trabalho.

O Brasil precisa formar mais médicos e formar mais especialistas. Isso demora sete, oito anos, enquanto isso precisamos atrair médicos estrangeiros. Como isso não foi feito no passado, o Brasil agora precisa resolver a falta de médicos. O edital construído pelo ministério da Saúde prevê, primeiro, a contratação de médicos brasileiros, e para as vagas que não forem preenchidas serão chamados médicos estrangeiros.

O Brasil conta hoje com 1% de médicos estrangeiros. Cerca de 37% dos médicos da Inglaterra são formados fora do país, assim como 25% dos médicos que atuam nos Estados Unidos, 22% dos médicos do Canadá e 17% dos médicos da Austrália.

Dados revelam que mais de 1.900 municípios têm menos de um médico para três mil habitantes na atenção básica. O Brasil precisaria hoje de 168.424 profissionais a mais. Outro grande problema é a concentração de profissionais.

O Distrito Federal e os estados de Rio de Janeiro e São Paulo têm respectivamente taxas de 4,09, 3,62 e 2,64 médicos por mil habitantes, enquanto outros estados não somam nenhum profissional por habitante, como é o caso do Amapá (0,95), Pará (0,84) e Maranhão (0,71).

Em Santa Catarina são 12.473 médicos para uma população de 6,3 milhões de habitantes, o que corresponde a 1,98 médico por mil/habitante. Mas é importante destacar que grande parte desses profissionais se concentra em algumas regiões do estado. Enquanto as demais enfrentam a falta de médicos, como a região oeste catarinense, por exemplo.

Neste sentido, a implantação de um curso de Medicina público e gratuito na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Chapecó, irá suprir em médio prazo a carência de médicos na região principalmente no pequenos municípios.

O plano de expansão prevê 80 vagas para Chapecó. Serão 60 vagas de graduação em 2015 e mais 20 vagas para 2017.

Segundo o MEC, existe a grande possibilidade de as turmas iniciarem ainda no segundo semestre de 2014, mas para isso é preciso garantir todas as condições para o início das aulas.

A instalação do curso depende de alguns critérios, principalmente, da garantia de cinco leitos SUS hospitalares por aluno. Para isso é necessário agilizar convênios com municípios e hospitais da região como em Coronel Freitas, em Concórdia, São Miguel D'Oeste e municípios circunvizinhos, como em Xanxerê, bem como priorizar urgentemente o início das obras de ampliação do Hospital Regional de Chapecó.

No dia 15 último, deputado Mauro de Nadal, estive com o governador e reiterei a importância de iniciarmos imediatamente as obras de ampliação com mais 80 leitos no Hospital Regional.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Pois não.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Nessa ampliação do Hospital Regional de Chapecó já existe a previsão de um andar exclusivamente para estágios universitários, uma preocupação do nosso secretário de estado da Saúde, justamente com os olhos voltados à formação de novos profissionais da área.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sim, uma das exigências é o hospital-escola.

Além de a universidade preparar toda a estrutura, o espaço físico, equipamentos e concurso para a contratação dos profissionais, para o curso do campus Chapecó, está prevista a contratação de 80 docentes e 40 técnicos administrativos para o curso de Medicina.

A vinda do curso de Medicina público e gratuito para Chapecó também foi garantida através da mobilização de toda a comunidade regional, das lideranças, entidades e da comunidade acadêmica.

Não vamos esquecer que a comissão de Saúde da Assembleia Legislativa realizou, no dia quatro de junho de 2012, audiência pública em Chapecó, onde esteve presente o deputado Volnei Morastoni, para tratar do curso de Medicina. Foi a maior audiência pública da história de Chapecó, cerca de 400 lideranças extremamente representativas se fizeram presentes. A partir daí, um relatório de 300 páginas informando sobre as condições e estruturas para atender à Medicina foi entregue ao ministério da Educação.

Há 15 dias recebemos essa notícia, e fico muito feliz, como deputada, que o nosso oeste esteja sendo lembrado e que temos um governo federal muito correto, quando anuncia a expansão de novos cursos em universidades federais, mas, ao mesmo tempo, também enfrenta o debate da necessidade de mais médicos hoje, trazendo-os de onde estiverem.

Muito obrigada.

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Nilson Gonçalves por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Gostaria de cumprimentar também o prefeito de Palmeira e a rainha da Festa do Peixe e a da 3ª Festa do Entreveiro. Agradecemos então suas presenças.

Eu estava em meu gabinete quando recebi a informação do meu assessor de que a deputada Luciana Carminatti tinha dado entrada nesta Casa ao Projeto de Lei n. 0194/2013. Esse projeto da deputada dispõe sobre a obrigatoriedade das farmácias, drogarias e distribuidoras de medicamentos manterem recipientes para coleta de medicamentos, cosméticos, insumos farmacêuticos e correlatos deteriorados ou com prazo de validade expirado.

Chamou-me atenção, porque este deputado também tinha dado entrada nesta Casa a projeto semelhante, em 2011. Dei entrada ao Projeto de Lei n. 0226/2011, que institui a coleta seletiva de medicamentos vencidos nas farmácias domiciliadas em Santa Catarina.

Causou-me estranheza, porque o meu projeto de lei está tramitando na Casa desde 2011. E o projeto de lei da deputada Luciana Carminatti deu entrada na Casa, agora, em 2013, e já foi aprovado na CCJ e encaminhado para a comissão de Saúde. Fui olhar o meu projeto que trata de assunto semelhante e vi que o meu projeto está passeando faz tempo, desde 15 de junho de 2011, indo para cá, indo para lá. Foi encaminhado ao gabinete do deputado José Nei Ascari, depois foi pedido vista pelo mesmo deputado e finalmente, depois de tantos passeios e tantas idas e vindas, foi feito um requerimento pedindo diligência, que diz:

(Passa a ler.)

"Conforme, deliberação da comissão de Constituição e Justiça, determino o encaminhamento do presente requerimento, referente Proposição n. 0226, do gabinete do deputado Nilson Gonçalves, para realização de diligência interna, a fim de que regimentalmente sejam tomadas providências, conforme folhas anexas."

O meu projeto está em diligência, mas o projeto praticamente idêntico deveria ser até apensado. A verdade é que se fôssemos olhar de forma objetiva, deveríamos pegar o meu projeto que é semelhante ao da deputada Luciane Carminatti e apensar os dois.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Pois não!

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Primeiro, quero dizer a v.exa. que não tenho nenhum problema em fazer disputa de autoria de projetos. Se de fato for o mesmo conteúdo, vou propor que o meu seja apensado ao seu, porque acho que isso é justo e legítimo.

Veja, deputado Nilson Gonçalves, que isso já aconteceu comigo recentemente, pior, em outro projeto, quando tive o meu projeto rejeitado, que era o primeiro, enquanto o outro projeto com o mesmo conteúdo, de outro deputado, foi aprovado e avançou. Acho que a sua manifestação nos revela que temos um problema aqui, na entrada dos projetos, que precisamos olhar melhor; nesse caso, o meu precisa se submeter ao seu. Quero deixar publicamente aqui a minha manifestação.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Deputada, devoto a v.exa. o maior respeito pelas suas qualidades como ser humano e como deputada. Em momento algum estou querendo disputar a primazia de projeto. O que estou levantando aqui é justamente o que v.exa. falou. Está faltando no âmbito da CCJ ou de outra comissão o discernimento. O pessoal precisa ter o conhecimento de que tem algo chegando junto para não caminhar paralelo.

De repente, até pelo desconhecimento da própria comissão de que o meu projeto havia sido encaminhado e está em diligência ainda, o projeto da deputada acabou sendo aprovado, pois é muito interessante. Então, são essas questões que levantamos para que haja esse alerta no sentido de que as tramitações não sofram esse tipo de impacto aqui. Mas, deputada, tanto faz v.exa. apensar o meu projeto ao seu ou o contrário. O importante é que não ocorra esse tipo de tramitação, um em diligência e o outro aprovado pela CCJ.

Sr. presidente, estou encaminhando também uma indicação ao governo do estado, mais precisamente à secretaria da Saúde, propondo que mandem, uma vez que não podemos ser autores de uma lei de

incentivo fiscal para a compra de remédios e produtos alimentícios e ortopédicos para portadores de diabete...

O diabetes afeta praticamente 12% da população brasileira, aproximadamente 22 milhões de pessoas. E uma grande e expressiva parte dessas pessoas não tem as condições necessárias para a compra de medicamentos, de produtos alimentícios ou de aparelhos ortopédicos. Como não posso dar entrada nesta Casa a essa matéria, porque o projeto teria vício de origem, estou encaminhando uma indicação para que o governo, através da secretaria da Saúde, tenha essa sensibilidade e encaminhe matéria para cá, a fim de que possa ser analisada e aprovada.

Da mesma forma, encaminhei um requerimento também ao Fórum Parlamentar em Brasília, para que possam pressionar no sentido da aprovação de um projeto de origem do Executivo, para vermos resolvido ou pelo menos amenizado o problema das pessoas que têm diabetes e não podem arcar com as despesas dessa doença.

Quero também aproveitar o tempo que resta para agradecer. Eu ainda falaria aqui sobre a vinda da Mercedes ao Brasil, diretamente para a nossa região. Estamos esperando todos ansiosamente, e o martelo deverá ser batido nos próximos dias. Então, sr. presidente, deixo esse assunto para uma próxima ocasião.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos partidos políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Silvio Dreveck, por sete minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente e srs. deputados, assomo à tribuna hoje para tratar de um assunto que por várias vezes aqui fizemos referência à questão da saúde no Brasil, não deferente da existente em Santa Catarina.

Hoje, pela manhã, fiz um levantamento de 1997 até 2012, no que diz respeito ao quanto houve de inflação neste período.

Estou dizendo isso porque já ouvi várias manifestações, das mais diversas, a maioria com o tema saúde, mas algumas com uma visão diferente de uma solução, no quesito do financiamento da saúde pública do Brasil, outras focando para a gestão, outras com programas, ou seja, com políticas públicas focadas para os hospitais com atendimento diferenciado. Mas o fato é que todas essas manifestações, argumentações, são verdadeiras.

No entanto, para todas elas, uma das questões que entendo fundamentais e que ficou esquecida não apenas por um governo, mas por vários governos, digo, governo federal, porque é onde se concentra a minha tese, não somente uma tese, mas uma constatação prática, é a falta de correção dos índices de inflação na tabela de pagamento do serviço do SUS, ou seja, o pagamento da consulta, o pagamento dos exames laboratoriais, dos exames de média complexidade, de alta complexidade, nos procedimentos ambulatoriais, nas internações, nas cirurgias, enfim, em todos os serviços.

Pasmem, srs. deputados! De 1997 até o final do ano de 2012, tivemos um índice acumulado de inflação, e isso estou falando em IGPM, porque existem outros indicadores que podem ser até maiores, de mais de 140%.

Ora, se qualquer um de nós consome alimentos, que utiliza água, que utiliza energia, que utiliza o combustível, que utiliza outros serviços, que utiliza também as suas aquisições pessoais, roupas, calçados e assim por diante. E quem não teve aumento em qualquer produto ou atividade, senão pelo menos a correção da inflação?

Estamos vendo essa crise na saúde. Volto a repetir que em que pese que tenha outros problemas de gerenciamento, muitas vezes de mau uso, mas para aqueles que se utilizam do bom gerenciamento, obviamente, não têm como sustentar uma entidade, ou seja, um hospital. E as prefeituras estão bancando, no final dessa história resumida, ou

seja, quem está pagando as contas são os hospitais e as prefeituras municipais.

Mais de 140%, nesses aproximadamente 16 anos, não incluindo o ano de 2013, não há como.

Um alento no dia de ontem nos permite, pelo menos, deputado, acreditar que o Congresso Nacional, através dos seus deputados, fez algo em prol da saúde brasileira, ou seja, a votação da destinação dos *royalties* do petróleo.

O projeto era de 60% para a educação. E sabemos que a educação também precisa de dinheiro, mas também precisa melhorar a sua eficiência, a sua qualidade. Mas não há como fazer educação sem saúde e vice-versa.

Por uma emenda dos deputados, pelo menos 25% dos recursos dos *royalties* do petróleo, Pré-Sal e assim por diante vão ser destinados para a saúde. Por isso, quero cumprimentá-los e parabenizá-los por tomarem essa atitude. E é importante ressaltar o quanto o Parlamento é importante para a sociedade brasileira. Governar sem o Parlamento, certamente, que nós não teríamos esse benefício, mesmo que não de imediato.

Deputado Maurício Eskudlark, futuramente, contaremos com um pouco de ajuda para a nossa saúde que tanto necessita.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Apenas para registrar com alegria a presença dos vereadores de Itapiranga: Nelson Klein, Loni Sehn Heckler e Gabriel Antônio Celuppi; também os vereadores, Élcio Júnior Pelozatto e Anny Menegazzo, do município de Celso Ramos, jovens vereadores que estão presentes na nossa Casa Legislativa.

Quero parabenizá-los e agradecer por suas presenças.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, quero registrar aqui que hoje é o Dia Internacional de Combate às Drogas.

Deputado Kennedy Nunes, esta Casa tem dado uma contribuição importante no sentido de fazermos o trabalho de prevenção às drogas. Nós criamos a comissão de Prevenção e Combate às Drogas, presidida pelo deputado Ismael dos Santos, e todos nós sabemos que precisamos fazer uma verdadeira cruzada neste país para vencer essa guerra contra os traficantes. E a droga é o mal do século, mas com certeza com a ação de todos e, sobretudo, do Poder Legislativo e Executivo haveremos de vencer a guerra que tem aliciado e degenerado a nossa juventude.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Srs. deputados, o espaço do PMDB, que é de 14 minutos, e do PSD, também por 14 minutos, foram cedidos para que possamos ouvir o professor da Universidade de Boras, da Suécia, resultado da viagem que a comitiva catarinense fez àquele país. Será assinado convênio e, em seguida, serão dadas as devidas explicações.

Por isso, iremos suspender a sessão por 28 minutos, que é o tempo que os partidos cederam para que possamos ouvir o professor da universidade e também o nosso chefe da delegação, deputado Mauro de Nadal, que comandou a viagem que fizemos.

Então, está aqui conosco o professor Ramon Garrote, pesquisador, representante da Universidade de Boras, Suécia, que apresentará as tecnologias sustentáveis da cidade e também está aqui a convite de Santa Catarina.

Primeiramente, vamos ouvir o chefe da delegação, deputado Mauro de Nadal, que vai dar as devidas explicações a todos os srs. parlamentares.

Está suspensa a sessão por até 28 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) (Faz soar a campanha.) - Está reaberta a sessão.

Convidamos o professor Ramon, juntamente com o deputado Mauro de Nadal, que chefiou a delegação e é presidente da CCJ, o deputado Romildo Titon, vice-presidente da Assembleia, a dra. Marlene, que representa a Unibave, e a Daiane, que representa a Celer Faculdades, para assinar o Protocolo de Intenções que celebram a Assembleia Legislativa de Santa Catarina, a Universidade de Boras e o Centro Universitário Barriga Verde - Unibave - e a Celer Faculdades, com sede na cidade de Xaxim, que tem como objeto a cooperação mútua no estímulo ao desenvolvimento de iniciativas voltadas à gestão de resíduos em Santa Catarina, com o propósito de dar efetividade à visita da missão Escandinávia a Boras, na Suécia.

Convidamos todos para assinar o Protocolo de Intenções e passamos o comando da sessão ao deputado Padre Pedro Baldissera.

(Procede-se à assinatura do Protocolo de Intenções.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário à seguinte matéria e que a mesma terá seu encaminhamento conforme o Regimento Interno: Projeto de Lei n. 0166/2012, de autoria do sr. deputado Aldo Schneider.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0138/2013.

Não há emendas à votação final.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0067/2013, de autoria do deputado José Milton Scheffer, que institui a Semana Catarinense do Esporte Educativo no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0058/2013, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt, que institui o Dia Estadual do Brincar no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0398/2012, de autoria do deputado Aldo Schneider, que denomina de Horst Gerhard Purnhagen a sede do 5º Batalhão da 3ª Companhia do Corpo de Bombeiros Militar, no município de Taió.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0064/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviado ao secretário da Fazenda, solicitando esclarecimentos sobre quais entidades que nos exercícios financeiros de 2010 a 2012 receberam subvenções sociais via FundoSocial.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0065/2013, de autoria do deputado Neodi Saretta, a ser enviado ao secretário de estado da Fazenda, solicitando informações acerca de quais entidades que nos exercícios financeiros de 2012 até junho 2013 foram contemplados com o Fundesporte.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o Regimento Interno, as Indicações n.s: 0382/2013, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0383/2013, de autoria do deputado Kennedy Nunes; e 0691/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, caros colegas deputados - e é uma honra falar na presença de v.exa., o presidente deste Poder -, sras. deputadas, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital.

Evidentemente que estou falando somente para os senhores porque é improvável que na TVAL alguém continue acompanhando esta sessão, uma vez que já iniciou o jogo do Brasil com o Uruguai.

Mas a sessão será reprisada e é nossa intenção fazer este debate na tarde de hoje porque tivemos, ontem, sr. presidente, caros deputados e prezadas deputadas, o aniversário de 30 anos da Polícia Feminina do estado de Santa Catarina, ou da Polícia Militar Feminina do nosso estado. Houve até uma solenidade alusiva a esta data e, infelizmente, por outros compromissos, não pudemos participar. Mas gostaríamos de fazer o registro da importância desse fenômeno, que é o ingresso de mulheres nas instituições militares, inclusive na Polícia Militar e agora, evidentemente, também no Corpo de Bombeiros no nosso estado.

Quando entrei na Polícia Militar, em fevereiro 1986, as primeiras turmas de policiais femininas que tinham sido formadas estavam indo para as ruas para atender à população. Isso criou uma série de sensações, vamos dizer assim, e até manifestações de preconceitos por conta da presença de mulheres fardadas com a farda da Polícia Militar trabalhando nas ruas, inclusive.

Hoje se percebe que foi uma conquista importante das mulheres, da sociedade e da instituição. Porque, em princípio, não é uma conquista das mulheres. É uma conquista da sociedade e da instituição Polícia Militar, porque não dá para imaginar que uma instituição que trabalhe com o público, que trabalhe com a sociedade, muitas vezes em situações conflituosas, que requer, inclusive, deputado Kennedy Nunes, a necessidade de uma revista pessoal, não tenha efetivos femininos justamente para que possa fazer o serviço necessário sem constrangimento ou sem mesmo algum crime contra a honra ou contra os pudores considerados normais pela sociedade.

Então, a Polícia Feminina e as mulheres no interior da Polícia Militar acho que democratizaram a instituição. E é importante que haja um número maior, deputada Luciane Carminatti.

Faço o registro, inclusive, de um movimento que está ocorrendo, porque foi aprovada uma lei ainda este ano - e as nossas emendas foram rejeitadas - que colocou a altura mínima de 1,65m para homens e mulheres. E isso é discriminatório para as mulheres, pois as diferenças têm que ser tratadas com diferença porque senão se tornam discriminatórias.

Nós alertamos sobre isso, mas, infelizmente, o comando e o governo não cederam. E recorreremos para que o governo mande um projeto mudando isso. Há um projeto de iniciativa parlamentar e precisamos mudar isso!

A altura média das mulheres brasileiras, segundo o IBGE, que é uma instituição, evidentemente, com credibilidade, é de 1,60m. Então, não é razoável que a altura mínima para entrar na polícia ou no bombeiro tenha que ser 1,65m!

Há um protesto das mulheres, e nós nos somamos a ele. É preciso mudar essa questão. A Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros não podem discriminar as mulheres dessa forma. Se a altura média das mulheres brasileiras, entre 25 e 29 anos, é de 1,60m, segundo o IBGE, de que forma alguma instituição pública vai pedir uma altura que seja de 1,65m? E diferente do que fazem as Forças Armadas, inclusive.

Então, este é o debate. Quero parabenizar todas as mulheres que compõem os quadros da Polícia Militar e do Corpo dos Bombeiros. E é honesto e franco dizer isto, que foi um avanço democrático das instituições e de importância para a sociedade.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Pois não!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Deputado Sargento Amauri Soares, quero parabenizá-lo por lembrar desse momento e quero fazer da sua a minha palavra. Também quero homenagear todos os policiais que trabalham aqui na Casa, que nos

atendem tão bem e que fazem um trabalho fantástico, assim como todos da corporação.

Como v.exa. disse, houve uma progressão já quando a secretaria da Segurança e o bombeiro decidiram colocar aquelas cinco mulheres que passaram no concurso para bombeiro ultrapassando o que dizia o edital do concurso público. Mas nós precisamos evoluir. Tenho tratado isso com o governador, com o secretário César Grubba, com o comandante da PM, coronel Marcineiro, e também com o do bombeiro, porque temos que evoluir. Não conseguimos chegar a um denominador, mas estamos fazendo, pelo menos agora, um levantamento para ver quanto é a base do Brasil, qual o percentual de uma corporação de feminino.

Há um estudo que está iniciando em Brasília, no Distrito Federal, que faz essa diferença por gênero. Mas a Força em que eles se basearam é diferente, é a ação da Força Armada para um policiamento ostensivo da Polícia Militar.

Então, estamos tratando tanto por parte da Polícia Militar como dos bombeiros e da secretaria da Segurança também com uma visão muito aberta de evolução.

No Paraná existe um teto máximo, de até 50%. Mas por que até 50%? Não poderia ser 100%? Por que não pode? Ou seja, são muito empíricos ainda esses dados. Hoje temos 6%, até 6%. Mas não se tem ainda algo definitivo.

A deputada Luciane Carminatti entrou com um projeto de lei aumentando para 10%, mas ainda não temos. É como eu disse, é empírico. Eu acho que deveria ser 15%. Perguntaram-me por que não pode ser 20%, ou 50%, como é lá no Paraná. Mas acho que temos que trazer essa discussão para cá.

Quero parabenizar v.exa. por ter lembrado e fazer jus a essa homenagem tão importante aos 30 anos das mulheres na Polícia Militar. Aliás, foi o que embelezou a Polícia Militar.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, deputado Kennedy Nunes, é uma honra incorporar o seu pronunciamento ao nosso discurso.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Pois não!

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Quero apenas fazer o registro, deputado Sargento Amauri Soares, de que para a próxima quarta-feira temos agendada uma reunião com todas essas mulheres que se sentem prejudicadas em função desse edital, na minha avaliação, extremamente preconceituoso, com um olhar e um viés machista, porque tem um padrão para o homem, uma determinada estatura, mas não prevê que as mulheres, de uma forma geral, tenham uma estatura mais baixa.

Então, na próxima quarta-feira faremos essa reunião, e as quatro deputadas desta Casa vão abraçar essa luta, porque entendemos que a qualidade desses policiais militares faz bem à corporação. E não se mede a eficiência pelo tamanho do sujeito, mas pelo caráter, pela conduta e pela dedicação.

Portanto, acho que é um grande equívoco, é arbitrário e preconceituoso. Não vamos aceitar esse tipo de atitude e contamos com o seu apoio como o nosso comandante aí.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, deputada Luciane Carminatti, também pelo seu aparte. E contento-me em saber do seu posicionamento, igual ao nosso, com relação a esse fim. Aliás, já sabíamos desse debate. Já tínhamos esse debate aqui e assim poderemos fazer esse recurso, se me permite usar essa expressão, ao governador Raimundo Colombo. Sabemos que ele está viajando com os seus assessores.

O governador Raimundo Colombo não pode aceitar essa imposição, por parte de alguns poucos dentro das instituições militares, de agir nesse sentido. Inclusive, outros elementos da mesma lei são arbitrários e não condizentes com a realidade. Mas nesse aspecto da estatura é alguma coisa aberrante, porque automaticamente exclui a maioria das mulheres a possibilidade de ingressarem na Polícia Militar e nos Bombeiros.

É um absurdo, e recorreremos ao governador, porque são elementos que provocam e vão acumulando esses conjuntos de insatisfações sociais que um dia estouram em algum lugar.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - O próximo orador inscrito é a sra. deputada Ana Paula Lima, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, deputado Padre Pedro Baldissera, são três décadas da permanência de mulheres na Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, que não estão lá somente para embelezar, as mulheres vieram para muito mais do que isso. Elas vieram pela competência, pelo trabalho, pela sensibilidade, pela humanização e realmente para fazer um trabalho diferenciado juntamente com os homens policiais militares.

Já avançamos muito dessa teoria. As mulheres não são só sinônimo de beleza, elas estão ocupando cargos pela competência com que exercem, mais do que isso, pelo trabalho que estão fazendo.

A minha vinda, na tarde de hoje, a esta tribuna, sr. presidente, é para falar de um assunto muito importante, feito pela bancada feminina do Parlamento catarinense. Durante a tarde de ontem, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, que investigou a implementação da Lei Maria da Penha no Brasil, apresentou um relatório com quase mil páginas. Esse relatório contém recomendações ao governo federal, aos governos estaduais do nosso país, aos governos municipais de todos os municípios e também aos Poderes Legislativo e Judiciário.

Eu solicito à assessoria que mostre a apresentação do material trazido para este plenário, com a finalidade de reforçar as recomendações da CPMI de investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar as omissões por parte do Poder Público com relação à aplicação de instrumentos instituídos na lei para proteger as mulheres vítimas de violência.

A CPMI solicitou informações a todos os estados da nossa federação, visitou 17 estados e também o Distrito Federal, para alguns fins. O primeiro deles é ouvir as autoridades estaduais, depois, inquirir sobre as políticas de enfrentamento às violências contra a mulher. Finalmente, realizar diligências aos serviços públicos de atendimento à mulher em todos os estados da nossa federação. E, por último, conhecer a realidade da violência praticada contra as mulheres no nosso país.

Recebemos, aqui em Santa Catarina, a CPMI. E através de seminários regionais feitos pela bancada feminina desta Casa ouvimos a sociedade catarinense. Infelizmente, constatamos, srs. parlamentares e público catarinense, que não há políticas públicas em Santa Catarina para o enfrentamento à violência contra as mulheres.

Assim, no nosso estado, há omissão do poder público em relação à violência contra a mulher. As nossas mulheres são ameaçadas, sofrem lesão corporal, são assassinadas, também em função da omissão do estado na efetivação de políticas públicas para elas.

Em 2012, srs. parlamentares, foram 10.860 Boletins de Ocorrência por lesão corporal contra meninas e mulheres em situação de violência doméstica. E desses 10.860 Boletins de Ocorrência apenas 2.452 foram inquéritos policiais instaurados. Os demais não tiveram nenhuma ação. Foram 20.494 Boletins de Ocorrência por ameaça em situação de violência doméstica, com apenas 3.394 inquéritos policiais instaurados.

Em função de dados antes disponibilizados pela secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina, a CPMI nos indica 14 recomendações feitas para o governador Raimundo Colombo. Primeiramente, repactuar o plano de enfrentamento da violência contra a mulher, de modo a garantir a elaboração de políticas apropriadas. Segundo, criar organismo de mulheres fortalecido, como a secretaria da Mulher, com orçamento adequado e recursos humanos suficientes para a elaboração dessas políticas, não apenas uma coordenadoria sem função alguma. E

até agora nenhuma mulher ocupou esse cargo. Terceiro, a recomendação da CPMI é de criar políticas de enfrentamento à violência, considerando as especificidades das mulheres negras, indígenas, as mulheres quilombolas e as camponesas; criar delegacias especializadas para atendimento exclusivo às mulheres, dotando-as de recursos humanos e materiais necessários a seu adequado funcionamento.

Houve também recomendações ao Poder Judiciário de Santa Catarina: dotar os atuais juizados especializados em violência doméstica familiar de infraestrutura e recursos humanos próprios para o melhor desempenho; capacitação permanente dos magistrados sobre a violência doméstica e sexual e a aplicação da Lei Maria da Penha em conformidade com a decisão do Supremo Tribunal Federal.

Ao ministério Público também houve recomendação: precisa agir nessa situação, porque existem mulheres ainda que estão sendo assassinadas e violentadas; tomar providências para criar uma Promotoria da Mulher, no âmbito estadual, para articular as ações de enfrentamento da violência contra a mulher com as demais instituições e fiscalizar efetivamente os serviços especializados de atendimento à mulher em situação de violência. Essa também é uma função do Ministério Público, e nós esperamos que ele exerça esse tipo de relação e de fiscalização.

Com relação à Defensoria Pública de nosso estado foram estas as recomendações, e a CPMI foi pontual: implementar efetivamente a Defensoria Pública com orçamento adequado e número de profissionais suficientes para o desempenho de suas atribuições constitucionais e a garantia de acesso à Justiça para as mulheres.

Essas foram algumas das recomendações da CPMI, e tem muito mais. Mas a luta para a superação da violência contra as mulheres, no estado de Santa Catarina, é dever de todos os Poderes: do Legislativo, do Judiciário e também do Executivo. E a nossa sociedade deve fiscalizar as ações desses órgãos.

Eu gostaria que nessas manifestações também tivéssemos um olhar diferenciado para as nossas crianças e adolescentes que estão sofrendo nos abrigos de nosso estado, sendo vítimas até de abuso sexual, e para as mulheres que estão sendo assassinadas e espancadas.

A violência contra as mulheres ameaça a democracia, srs. parlamentares, enfraquece a igualdade entre homens e mulheres, favorece a discriminação e compromete a integridade física e psíquica das futuras gerações. Uma mulher violentada também sobrecarrega toda a sua família, principalmente seus filhos; por isso, vivemos hoje uma sociedade insegura. Quando garantimos a integridade das nossas mulheres, mães e meninas, temos uma sociedade de paz.

Santa Catarina precisa dar um basta nessa violência, pois não podemos mais aceitar que as mulheres sejam assinadas, ameaçadas, estupradas e traficadas por não termos um estado de efetivação de políticas de enfrentamentos a qualquer forma de violência contra as mulheres.

Esse foi o meu brado. Tenho certeza de que não somente da bancada feminina, mas de todos os parlamentares desta Casa. Nós temos que viver num estado sem violência, que garanta também a integridade física às mulheres.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Não havendo mais oradores inscritos, esta Presidência encerra a presente sessão, convocando outra, ordinária, para amanhã, no horário regimental.

Está encerrada a sessão.